



SERVIÇOS DE
AÇÃO SOCIAL

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Aprovo o presente Caderno de Encargos

Pedro Simão

*Administrador dos Serviços de Ação Social da
Universidade de Lisboa*

(por delegação ao abrigo do despacho n.º 7484/2023)

AJUSTE DIRETO

Nº 025/SASULisboa/2024

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE GESTÃO TÉCNICA CENTRALIZADA DO EDÍFICIO DA RESIDÊNCIA MANUEL DA MAIA”

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1ª - OBJETO DO PROCEDIMENTO

CLÁUSULA 2ª - ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 3ª - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

CLÁUSULA 4ª - REQUISITOS DO CONCORRENTE

CLÁUSULA 5ª - PREÇO BASE

CLÁUSULA 6ª - PRAZO CONTRATUAL

CLÁUSULA 7ª - ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

CLÁUSULA 8ª - ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

CLÁUSULA 9ª - DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CLÁUSULA 10ª - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

CLÁUSULA 11ª – PROPOSTAS VARIANTES

CLÁUSULA 12ª - ABERTURA DA PROPOSTA

CLÁUSULA 13ª - ADMISSÃO DA PROPOSTA

CLÁUSULA 14ª - AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

CLÁUSULA 15ª - NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

CLÁUSULA 16ª - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CLÁUSULA 17ª - CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

CLÁUSULA 18ª - CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA 19ª - FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES

CLÁUSULA 20ª – REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR

CLÁUSULA 21ª - PRAZO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

CLÁUSULA 22ª - FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 23ª - ATRASO NOS PAGAMENTOS

CLÁUSULA 24ª - PENALIDADES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 25ª - EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 26ª - REVOGAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 27ª - RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INICIATIVA DO COCONTRATANTE

CLÁUSULA 28ª - RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA DO CONTRATO

CLÁUSULA 29ª - RESOLUÇÃO POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO

CLÁUSULA 30ª - OUTROS FUNDAMENTOS DE RESOLUÇÃO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 31ª - SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO

CLÁUSULA 32ª - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

CLÁUSULA 33ª - GESTOR DO CONTRATO

CLÁUSULA 34ª - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA 35ª - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA 36ª - FORO COMPETENTE

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 37.ª - LOCAL DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA 38.ª - PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

CLÁUSULA 39.ª - TIPOS DE MANUTENÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA 40.ª - FISCALIZAÇÃO, CONTROLO E AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA 41.ª - SERVIÇOS A PRESTAR

CLÁUSULA 42.ª - MANUTENÇÃO EXTRAORDINÁRIA

MAPA DE QUANTIDADES

ANEXO I – CCP

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1ª

OBJETO DO PROCEDIMENTO

1. O procedimento é designado como **AJUSTE DIRETO Nº 025/SASULisboa/2024 – “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE GESTÃO TÉCNICA CENTRALIZADA DO EDÍFICIO DA RESIDÊNCIA MANUEL DA MAIA”**.
2. O presente procedimento decorre ao abrigo de Ajuste Direto nos termos da subalínea iii) da al. e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por “CCP”).
3. O procedimento de prestação de serviços tem por objeto assegurar a manutenção preventiva das instalações técnicas especiais de aquecimento (produção térmica para aquecimento ambiente e de Águas quentes sanitárias), de Ventilação e de Ar-Condicionado (AVAC), bem como a gestão da iluminação, do registo de consumo de todos os equipamentos informáticos elétricos e ainda o sistema de alarmes, instalados na Residência Universitária Manuel da Maia.
4. O objeto principal do procedimento enquadra-se na Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) **50700000-2 – Serviços de reparação e manutenção de equipamentos em edifícios**.

CLÁUSULA 2ª

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante são os Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (doravante, “SASULisboa”), NIF n.º 510 762 980, com sede no Edifício “Cantina Velha”, Cidade Universitária, sita na Av. Prof. Gama Pinto, 1600-192 Lisboa, telefone n.º 213611700.

CLÁUSULA 3ª

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Administrador dos SASULisboa, Pedro Alexandre dos Santos Simão, no uso das competências delegadas através do Despacho n.º. 7484/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 138, de 18 de julho, de acordo com despacho exarado na data constante nas peças procedimentais.

CLÁUSULA 4ª

REQUISITOS DO CONCORRENTE

Pode apresentar proposta, a concorrente que não se encontre em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

CLÁUSULA 5ª

PREÇO BASE

Para efeitos de elaboração de proposta fixa-se, como preço base para o Contrato de Manutenção Preventiva, o valor de **€ 11.850,00 (onze mil oitocentos e cinquenta euros)**, para uma duração de 12 meses, renovável por dois períodos de igual duração, perfazendo um total de 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA 6ª

PRAZO CONTRATUAL

O contrato terá a duração de 12 (doze) meses, **renováveis** por iguais períodos, até à duração máxima de 36 (trinta e seis) meses, salvo se qualquer uma das partes comunicar à outra a vontade de não o renovar, através do endereço de correio eletrónico manutencao@sas.ulisboa.pt, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente ao fim do prazo inicial ou de qualquer uma das suas prorrogações.

CLÁUSULA 7ª

ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

As peças do procedimento, nomeadamente, o Convite, Caderno de Encargos - Cláusulas Jurídicas e Técnicas e Mapa de Quantidades, são disponibilizadas gratuitamente à entidade convidada, sendo enviadas através de correio eletrónico.

CLÁUSULA 8ª

ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, o interessado pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, ou até ao prazo fixado no convite ou no programa de concurso:
 - a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
8. As comunicações efetuadas entre a entidade adjudicante e o concorrente serão efetuadas através de correio eletrónico.

CLÁUSULA 9ª

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o Anexo I do CCP, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) Lista de preços unitários previstos no Mapa de Quantidades (os preços dos itens deverão ser apresentados em euros, apenas com duas casas decimais);
 - c) Cópia da certidão do registo comercial ou código de acesso à mesma e RCBE onde conste a data de submissão da declaração.
 - d) Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa;
 - e) A proposta deverá ser entregue no prazo de 12 dias após o envio do presente convite;
 - f) A proposta deverá ser apresentada através da plataforma eletrónica de contratação pública, em utilização pela Entidade Contratante, “acinGov”, sendo o atraso na entrega da proposta, da exclusiva responsabilidade do concorrente, não constituindo motivo justificativo para qualquer reclamação;
 - g) Nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução;

h) O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do artigo 81.º do CCP. É de 2 (dois) dias úteis o prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do mesmo diploma legal.

(Os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente e individualmente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada).

CLÁUSULA 10ª

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. A proposta deve ser apresentada até à hora e data indicadas na plataforma de contratação pública eletrónica “acinGov”.
2. A proposta deverá ser entregue através da plataforma eletrónica de contratação pública eletrónica, em utilização pelos SASULisboa, “acinGov”, no endereço <https://www.acingov.pt>.
3. A receção da proposta é registada pela plataforma com referência às respetivas data e hora, sendo entregue pela referida plataforma, ao concorrente, um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. O atraso na entrega da proposta é da exclusiva responsabilidade do concorrente, não constituindo motivo justificativo para qualquer reclamação.
5. Só poderá ser admitida a concurso a proposta que tenha sido inserida até à data e hora referidas no n.º 1 da presente cláusula.

CLÁUSULA 11ª

PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

CLÁUSULA 12ª

ABERTURA DA PROPOSTA

No dia útil seguinte ao dia de prazo limite para apresentação da proposta, proceder-se-á à sua abertura, através da plataforma eletrónica de contratação pública eletrónica, em utilização pelos SASULisboa, “acinGov”, no endereço <https://www.acingov.pt>.

CLÁUSULA 13ª

ADMISSÃO DA PROPOSTA

Será excluída a proposta que, nomeadamente:

- a) Tenha sido rececionada depois do prazo fixado para entrega da mesma;

- b) Que não apresente alguns dos atributos ou documentos exigidos nos termos do disposto nas peças procedimentais;
- c) Que seja apresentada por concorrente relativamente ao qual a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- d) Seja apresentada por concorrente em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
- e) A análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
- f) Seja apresentada como variante;
- g) Seja constituída por documentos falsos ou nos quais o concorrente preste deliberadamente falsas declarações;
- h) Não cumpra o requisito de apresentação de preços em euros, com duas casas decimais;
- i) Não apresente proposta de preços para a totalidade de itens concursados;
- j) Não apresente os documentos da proposta devidamente assinados e/ou não comprove que o(s) signatário(s) dispõem de poderes bastantes para vincular o concorrente;
- l) Nos casos em que o certificado de assinatura eletrónica qualificada utilizado, não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, como é o caso, por exemplo, do cartão do cidadão, deve o concorrente anexar documento indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial ou código de acesso onde resulte a referida relação ou procuração conferindo os poderes necessários.

CLÁUSULA 14ª

AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta do concorrente será analisada de acordo com o previsto no CCP.

CLÁUSULA 15ª

NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

A decisão de adjudicação é notificada ao concorrente, através da plataforma eletrónica de contratação pública eletrónica, em utilização pelos SASULisboa, “acinGov”, no endereço <https://www.acingov.pt>.

CLÁUSULA 16ª

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Após a adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação nos termos do previsto no artigo 81.º do CCP sendo que, a não apresentação dos referidos documentos, dentro do prazo legalmente previsto ou, a sua desconformidade com as exigências legais em vigor, determina a anulação da adjudicação.
2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.

3. Quando se verificarem as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido pelos SASULisboa, em função das razões invocadas e aceites, um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

CLÁUSULA 17ª

CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação caduca nos termos legalmente previstos, nomeadamente, o previsto nos artigos 86.º, 87.º e 87.º-A do CCP.

CLÁUSULA 18ª

CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Não é exigida a prestação de caução, ao abrigo do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

CLÁUSULA 19ª

FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade de adjudicação e dos atos subsequentes.

CLÁUSULA 20ª

REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode revogar a decisão de contratar quando:
 - a) A entidade convidada não tenha apresentado proposta;
 - b) A proposta tenha sido excluída;
 - c) Por circunstâncias imprevistas e legalmente previstas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação da proposta;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de revogação da decisão de contratar é notificada ao concorrente.

CLÁUSULA 21ª

PRAZO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.

CLÁUSULA 22ª

FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A faturação deverá ser efetuada anualmente após a prestação dos serviços contratualizados, só podendo a fatura ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

2. O pagamento das faturas será efetuado pela entidade adjudicante, no prazo máximo de 30 dias, após a receção da respetiva fatura e preferencialmente, por transferência bancária.

elementos:

- a) Número do Contrato e número de compromisso;
- b) Número da Nota de Encomenda;
- c) Descrição, referindo o(s) documento(s) que a suporta(m);
- d) Incidência do IVA, em separado;
- e) Valores com duas casas decimais;
- f) Documentação de suporte.

7. Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida ou equivalente.

8. O atraso no pagamento da(s) fatura(s) emitida não autoriza o cocontratante a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.

9. Os valores contestados pela entidade adjudicante e que vierem a ser objeto de correção não vencem juros de mora em caso de não pagamento.

10. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

11. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro do prazo contratual e legalmente previsto, a entidade adjudicante encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

CLÁUSULA 23ª

ATRASO NOS PAGAMENTOS

1. No caso de atraso superior a 30 dias, após a data limite de pagamento da fatura, de acordo com o estabelecido na cláusula anterior, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora.

2. O atraso dos pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

CLÁUSULA 24ª

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato e de acordo com o artigo 329º do CCP, a entidade adjudicante pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante fixado em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) 1% do valor do contrato por cada dia de atraso no início da prestação dos serviços contratualizados;

b) 1% do valor do contrato por cada hora de atraso após o contacto de pedidos de assistência.

2. Nenhuma das alíneas anteriores invalida a repetição da prestação de serviços, caso a entidade adjudicante entenda ser necessário, por poder comprometer a qualidade dos serviços concursados.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir uma pena pecuniária de até 20% do valor global do contrato.

4. O valor acumulado das sanções previstas não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a entidade adjudicante, decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente, ou outros danos não mencionados nesta cláusula.

CLÁUSULA 25ª

EXTINÇÃO DO CONTRATO

São causas de extinção do contrato:

a) O cumprimento,

b) A impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;

c) A revogação;

d) A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão da entidade adjudicante, nos casos previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP.

CLÁUSULA 26ª

REVOGAÇÃO DO CONTRATO

1. As partes podem, por acordo, revogar o contrato em qualquer momento.

2. Os efeitos da revogação são os que tiverem sido validamente fixados no acordo.

3. A revogação não pode revestir forma menos solene do que a do contrato.

CLÁUSULA 27ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INICIATIVA DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pela entidade adjudicante especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à entidade adjudicante;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pela entidade adjudicante, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à entidade adjudicante, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a entidade adjudicante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

CLÁUSULA 28

RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA DO CONTRATO

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo cocontratante especialmente previstas no contrato, a entidade adjudicante pode resolver o contrato a título sancionatório nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante;
- b) Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pela entidade adjudicante contrarie o princípio da boa-fé;

e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;

f) Incumprimento pelo cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

g) O cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.

3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo da entidade adjudicante poder executar as garantias prestadas pelo cocontratante.

CLÁUSULA 29ª

RESOLUÇÃO POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO

1. A entidade adjudicante pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, e mediante o pagamento ao cocontratante de justa indemnização.

2. A indemnização a que o cocontratante tem direito corresponde aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

3. A falta de pagamento da indemnização prevista nos números anteriores no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao cocontratante o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

CLÁUSULA 30ª

OUTROS FUNDAMENTOS DE RESOLUÇÃO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade adjudicante tem o direito de resolver o contrato com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 312.º do CCP.

2. Quando a resolução do contrato por alteração anormal e imprevisível das circunstâncias seja imputável a decisão da entidade adjudicante adotada fora do exercício dos seus poderes de conformação da relação contratual, o cocontratante tem direito ao pagamento de justa indemnização nos termos do disposto no artigo 334.º do CCP.

CLÁUSULA 31ª

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

São vedadas a subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do cocontratante, nos termos da al.

a) do n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

CLÁUSULA 32ª

CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem pode ser considerado como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves cujo âmbito extravase a esfera do cocontratante, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante, não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 33ª

GESTOR DO CONTRATO

Em cumprimento do artigo 290.º-A do CCP, a entidade adjudicante nomeará um gestor de contrato.

CLÁUSULA 34ª

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para efeitos da execução ao abrigo do contrato, a entidade adjudicante e o cocontratante procedem às seguintes atividades de tratamento de dados pessoais:

- a) O cocontratante trata dados pessoais de representantes, trabalhadores e/ou utentes da entidade adjudicante;

- b) A entidade adjudicante trata dados pessoais de representantes, trabalhadores e/ou utentes do cocontratante;
- c) O tratamento dos dados pessoais encontra-se limitado, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, das alíneas b) e c) do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a finalidades exclusivamente relacionadas com a execução da prestação de serviços ou com o cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante e o cocontratante estejam adstritos;
- d) A entidade adjudicante e o cocontratante assumem a obrigação de estrita confidencialidade relativamente a todos os dados pessoais de que venham a ter conhecimento no âmbito do contrato, extensiva à informação a que os seus trabalhadores, agentes e consultores tenham acesso, garantindo que os mesmos assumiram um compromisso de confidencialidade;
- e) A entidade adjudicante e o cocontratante apenas podem transmitir dados pessoais a que tenham acesso por conta do contrato a terceiros, como sejam o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança;
- f) O cocontratante encontra-se expressamente proibido de transmitir a terceiros dados pessoais de utentes e funcionários da entidade adjudicante;
- g) A entidade adjudicante e o cocontratante obrigam-se a adotar todas as medidas organizativas, técnicas e de segurança necessárias e adequadas para assegurar a confidencialidade, o segredo e a preservação dos dados pessoais a que tenham acesso por conta do contrato, na medida e na extensão necessárias ao efeito, seja qual for o suporte utilizado;
- h) Cada uma das partes no contrato presta assistência à outra, através de medidas técnicas e organizativas necessárias, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos realizados pelos titulares dos dados pessoais, para efeitos do exercício dos seus direitos, nomeadamente do exercício de retificação, apagamento ou limitação do tratamento,
- i) Com a cessação do contrato, o cocontratante, consoante da decisão da entidade adjudicante, devolve-lhe ou elimina todos os dados pessoais, apagando as cópias existentes a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da legislação nacional;
- j) Os dados pessoais relativos ao cocontratante, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes e consultores são eliminados no prazo de 4 anos, salvo exista obrigação legal ou contratual que justifique a conservação por prazo superior.

CLÁUSULA 35ª

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Tudo o omissa às peças do presente procedimento, será regulado pelas disposições legais em vigor, nomeadamente, o CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua redação atual.

CLÁUSULA 36ª

FORO COMPETENTE

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 37.ª

LOCAL DE EXECUÇÃO

Os serviços objeto do contrato serão prestados nas instalações da Residência Manuel da Maia, *sita* em Avenida Manuel da Maia n.º 38ºA, 1049-001 Lisboa.

CLÁUSULA 38.ª

PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no contrato, o adjudicatário obriga-se a:

- a) Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal execução dos serviços objeto do contrato, com respeito por todas as normas aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança;
- b) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à boa execução dos serviços objeto do contrato;
- c) Comunicar de imediato aos SASULisboa quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos;
- d) Efetuar todas as comunicações, requerer e manter válidas, durante a vigência do contrato, todas as autorizações e licenças exigíveis, nos termos da legislação em vigor, para o exercício da sua atividade e pagar todas as quantias que se mostrem necessárias àquela obtenção sendo responsável por quaisquer sanções decorrentes da violação da referida obrigação;
- e) Elaborar relatórios técnicos regulares, dando conta das ações desenvolvidas, proposta de intervenções, caso necessário, e aconselhamento na condução das instalações;
- f) Participar em reuniões com os SASULisboa e/ou com terceiros, sempre que para tal seja solicitado;
- g) Comunicar de imediato aos SASULisboa quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos;
- h) Apresentar aos SASULisboa uma lista de identificação dos funcionários que ficam afetos ao contrato, necessitando estes de possuir a formação adequada e serem certificados nas categorias e organismos aplicáveis para a prestação de serviços;

- i) Ter sempre presente e o serviço de técnico qualificado nos períodos definidos no presente caderno de encargos;
- j) Disponibilizar um técnico qualificado para responder às chamadas de assistência dos SASULisboa, ou do concessionário do edifício, nas 48 horas seguintes à chamada (tempo máximo), nas condições e tarifas definidas, no presente caderno de encargos;
- l) O técnico de serviço será devidamente suportado por um engenheiro e pelo respetivo dossiê de obra.

CLÁUSULA 39

TIPOS DE MANUTENÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Visita Presencial: Está prevista uma visita anual presencial à instalação de modo a verificar no local o correto funcionamento do servidor e para a realização de updates de segurança necessários ao correto funcionamento da instalação. Nesta visita serão também verificadas as comunicações com todas as entidades integrantes do sistema;
2. Acesso Remoto: Este tipo de manutenção deverá assistir o Sistema de Gestão Técnica Centralizada constituído pelo equipamento central, equipamento em painel e equipamento de campo, instalados no edifício da residência Manuel da Maia, sempre que necessário, com a duração máxima de 20 (vinte) horas por ano. Neste tipo de manutenção está também incluído o apoio telefónico para a deteção de avarias e reposição das condições normais de operação dos equipamentos. Estas ações serão realizadas durante o horário normal de trabalho correspondente entre as 9:00 horas e as 13h00, e entre as 14:00 e as 18h00, em dias úteis.
3. Corretiva: intervenções que deverão introduzir alterações nos sistemas com o objetivo de melhorar a sua eficiência e a sua fiabilidade, bem como reparação de anomalias que poderão ser detetadas pelo cliente ou pelas equipas técnicas, aquando da realização dos trabalhos de manutenção preventiva, com duração máxima de 20 (vinte) horas, que estão incluídas no acesso remoto, referido no ponto dois da presente cláusula.

CLÁUSULA 40.^a

FISCALIZAÇÃO, CONTROLO E AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Os SASULisboa têm o direito de, em qualquer momento de fiscalizar, controlar e avaliar, a execução dos serviços que constituem o objeto do contrato, bem como o cumprimento das obrigações do prestador de serviços.
2. Essa fiscalização será efetuada da forma que os SASULisboa entender mais conveniente, através de colaboradores designados para o efeito e podendo, se necessário, recorrer a serviços de terceiros.
3. Os SASULisboa poderão efetuar no período da prestação dos serviços as operações de verificação que entender necessárias podendo rejeitar total ou parcialmente os serviços executados.

4. O adjudicatário fica obrigado a colaborar com os SASULisboa durante todo o período de inspeção, comprometendo-se a fornecer todos os elementos que lhe forem solicitados.
5. Os SASULisboa reservam-se o direito de exigir ao prestador de serviços que proceda, de imediato, a alterações no todo, ou em parte, aos serviços executados incorretamente, que não esteja de acordo com o contrato ou com as boas práticas.
6. A fiscalização da execução dos serviços por parte dos SASULisboa não diminui, em qualquer caso, a responsabilidade do adjudicatário.

CLÁUSULA 41

SERVIÇOS A PRESTAR

O contrato de manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Gestão Técnica Centralizada, localizado na Residência Manuel da Maia inclui:

- a) Uma visita anual às instalações, em datas pré-definidas através de um planeamento entregue no início do contrato, de um técnico qualificado para verificação dos estados, comando, comunicações e equipamentos de campo;
- b) Disponibilização de uma bolsa de 20 (vinte) horas anuais de assistência remota, em dias úteis, até 48 horas após o contacto;
- c) Após a visita, deverá ser emitido um relatório discriminando os equipamentos inspecionados, indicando de forma clara as anomalias detetadas, bem como as soluções aplicadas em cada caso
- d) as possíveis medidas que os SASULisboa deverão tomar para garantir um correto funcionamento do sistema;
- e) No final de cada intervenção deverá ser elaborado um relatório pormenorizado das operações efetuadas, do material eventualmente substituído e dos serviços efetuados. Periodicamente, os SASULisboa deverão ainda receber relatórios gerais do sistema contendo possíveis sugestões com o propósito de aumentar a eficiência energética;
- f) Existindo necessidade de reparação ou recondicionamento de equipamento, que tratar-se-á de um serviço extra o adjudicatário deverá apresentar previamente uma proposta, incluindo os trabalhos de substituição física e ou reprogramação do equipamento;
- g) A aquisição de quaisquer componentes necessários a reparação de avarias, não abrangidos por este contrato de serviços, deverá apresentar previamente uma proposta, e nela incluir um desconto no seu valor líquido de 15 % (quinze por cento).

CLÁUSULA 42.^a

MANUTENÇÃO EXTRAORDINÁRIA

1.Caso seja necessário realizar visitas adicionais para a reposição do funcionamento do sistema e/ou reposição física de equipamentos, a tarifa horária a praticar será a seguinte:

a) Engenheiro Sénior: 75,00 €/hora;

b) Engenheiro: 60,00 €/hora.

2. A fração mínima a debitar será de 2 (duas) horas e ao valor indicado será acrescentado o preço da deslocação associado.

3.Caso estas deslocações tenham de ser realizadas fora do horário normal de trabalho, as horas serão debitadas em suplemento de acordo com o seguinte agravamento, relativamente aos preços anteriores:

a) 100 % aos Sábados ou dias úteis fora do horário normal de trabalho;

b) 180 % aos Domingos e Feriados.

4. As horas extra deverão ser previamente alvo de proposta de orçamento, estão sempre sujeitas a aprovação prévia da entidade adjudicante, e ter autorização de despesa individualizada.

5. O valor da deslocação da manutenção extraordinária, terá sempre de ser alvo de orçamento e previamente aceite pela entidade adjudicante.

6. Caso seja necessário realizar a substituição de equipamentos relacionados com o bom funcionamento do Sistema de Gestão Técnica Centralizado, deverá ser enviada uma proposta com preço individualizado para aprovação prévia.

CADERNO DE ENCARGOS

MAPA DE QUANTIDADES

SERVIÇOS A PRESTAR	QUANTIDADE	UNIDADE
Manutenção Preventiva Técnica Especializada no Edifício da Residência Manuel da Maia	1	1

ANEXO I – CCP

Modelo de declaração

a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local),..... (data),..... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.